



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

NOTAS ACERCA DO PENSAMENTO CRÍTICO ESPACIAL LATINO-AMERICANO: AS
CONTRIBUIÇÕES DE ROFMAN, DE MATTOS E CORAGGIO

Gabriel do Carmo Lacerda (CEDEPLAR/UFMG) - gabriel.lacerda94@hotmail.com

Doutorando em Economia no CEDEPLAR/UFMG. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ.

Graduado em Relações Econômicas Internacionais pela FACE/UFMG

Notas acerca do pensamento crítico espacial latino-americano: as contribuições de Rofman, de Mattos e Coraggio

INTRODUÇÃO

O presente ensaio é um esforço de resgate e síntese das principais contribuições de três autores latino-americanos – Alejandro Rofman, Carlos de Mattos e José Luis Coraggio – ao pensamento crítico latino-americano, especialmente da sua dimensão espacial, regional e estatal, abordagens geralmente não explicitadas ou subsumidas às demais discussões na economia política latino-americana.

Como ponto de partida, conforme discutido por Brandão (2015), o pensamento crítico latino-americano, no geral, é um grande patrimônio teórico e prático para, primeiro, “fugir dos modelos importados para pensar concretamente nossa América Latina” (BRANDÃO, 2015, p.15, tradução nossa); segundo, é “uma luta para não cair na colonização intelectual e na perda de criatividade, tampouco submeter-se as centros de formulação e difusão de ideias (consultorias, modelos gerais dos organismos internacionais, gurus, etc.)” (BRANDÃO, 2015, p.15, tradução nossa); e terceiro, é capaz de “pensar a diversidade e pluralidade latino-americana sem cair em generalizações excessivas, tais como monotrajetórias, únicas, convergentes ou uma espécie de tipos-ideais de desempenho de pretensas melhores instituições” (BRANDÃO, p.15, tradução nossa).

Não obstante, Brandão (2018) pondera como o pensamento crítico latino-americano clássico, ou economia política do desenvolvimento latino-americano, acabou incorrendo, algumas vezes, em nacionalismo metodológico; ou em relações centro-periferia estanques, rígidas e mecânicas; ou pouco discutiu o subnacional e/ou a escala da inter-regionalidade ou intraurbanidade, bem como a dimensão/escala da vida cotidiana.

Ademais, continua o autor em sua crítica (BRANDÃO, 2018), o Estado, geralmente, apareceu como uma caixa-preta e muito centrada no nacional/governo central/governo federal, ou seja, sem uma discussão seja mais substantiva e especializada, com uma perspectiva de condensação de forças, presenças de blocos de poder, sistema de dominação; quanto que incorporasse os diversos níveis de governo, ou seja, do município/estadual/provincial/metropolitano.

No entanto, em outro texto, pondera Brandão (2021), que as raras exceções a estas abordagens, seriam os “economistas regionais” da economia política latino-americana, exatamente os autores que serão tratados neste ensaio. Para Brandão (2021) eles realizaram o esforço de trazer o espaço para suas discussões, junto com o regional e o estatal/estatalidade, de forma mais sistemática, com contribuições teóricas e metodológicas.

Nesse sentido, o presente texto divide-se, além desta introdução, em mais cinco sessões. A seguinte sumariza as abordagens clássicas acerca do espaço e do regional. As três seguintes são as abordagens de Alejandro Rofman, Carlos de Mattos e José Luis Coraggio respectivamente. Por fim, as considerações finais tratam de articular as abordagens sobre os autores. O objetivo principal do

trabalho é sintetizar o pensamento destes autores frente às teorias dominantes e cêntricas, demonstrando a originalidade e especificidade teórica e metodológica que justifique e corrobore, por exemplo, o destaque de originalidade e pioneirismo ressaltado, mas não desenvolvido, por Brandão (2018) aos autores. Portanto, o intuito é se deter o máximo possível àquilo que foi dito pelos autores e apenas nas considerações finais tecer comentários sobre a potencialidade analítica dos mesmos.

AS TEORIAS CLÁSSICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As principais preocupações da economia regional clássica – consequentemente do desenvolvimento de espaços específicos – podem ser sumarizadas em aspectos como: a localização e distribuição ótima de atividades econômicas; os cálculos dos custos de transporte entre um lugar e outro; as distâncias entre pontos centrais e periféricos; as razões de migração de pessoas e capitais entre áreas; as especializações, as aglomerações, os transbordamentos e as economias de escala (ANTONESCU, 2014).

Embora desde o início do século XIX, com, por exemplo, Johann Heinrich Von Thünen, tenha existido a preocupação com a distribuição espacial de atividades, os estudos sistemáticos e contínuos da preocupação da espacialidade se iniciam com Alfred Marshall e a discussão de economias externas e de como a localização impacta na complementaridade de atividades em determinada área. Posteriormente, Alfred Weber propõe a localização como elemento central para qualquer atividade econômica, assim como são os preços e as quantidades (ANTONESCU, 2014).

Já na década de 1930, Walter Christaller desenvolve a teoria dos lugares centrais, consequentemente, as discussões acerca de hierarquias urbanas e como as situações de monopólio podem surgir determinadas pela distância ou localização. Depois, com August Lösch, no momento de crescente aproximação com modelos matemáticos e “formalização” desta área do conhecimento, foi desenvolvido o primeiro modelo de equilíbrio geral baseado nos elementos espaciais e regionais (MONASTEIRO e CAVALCANTE, 2011; ANTONESCU, 2014).

A partir dos anos de 1960, o pluralismo e as diversidades de visões passam a ser utilizadas nas análises e teorias regionais. Na década seguinte, os anos 1970, a preocupação da localização sai do foco e a principal questão das teorias regionais passam a ser propriamente o desenvolvimento de áreas específicas, geralmente atrasadas ou estagnadas. Conjuntamente, uma série de conceitos e novos aspectos passam a ser abordados, tais como os clusters industriais e regionais; e as aglomerações espaciais (ANTONESCU, 2014).

O *boom* e a difusão da problemática regional deve ser compreendido no sentido mais amplo de acoplamento às teorias macroeconômicas de crescimento econômico. Estas – e suas matrizes keynesianas e neoclássicas – passaram ser difundidas por Organismos Internacionais (OIs), sobretudo a partir dos anos 1960. A preocupação das políticas regionais era, especialmente, “balancear”/distribuir o progresso econômico pelo espaço, ou seja, a necessidade de ação – normalmente estatal – para fazer frente ao movimento de concentração espacial – dos recursos, capitais, pessoas – no

desenvolvimento capitalista (MONASTEIRO e CAVALCANTE, 2011; ANTONESCU, 2014)

As principais teorias em voga tinham marcadas relações com a perspectiva keynesiana e schumpeteriana, tais como os polos de crescimento de François Perroux, a Causação Circula Cumulativa de Gunnar Myrdal, os efeitos para frente e para trás de Albert Hirschman; bem como institucionalistas como a teoria da base exportadora de Douglas North. Em diálogo com estas abordagens foram desenvolvidas teorias acerca das desigualdades internacionais, tais como perspectiva de centro-periferia, como a escola estruturalista cepalina, assim como estudos das desigualdades regionais por John Friedmann e Stuart Holland (MONASTEIRO e CAVALCANTE, 2011; ANTONESCU, 2014; PIKE, RODRIGUES-POSE e TOMANEY, 2017; RODRIGUES, 2009).

Concomitantemente, as abordagens neoclássicas focadas nos complexos industriais, nas vantagens do mercado, assim como outras linhagens matematizadas voltadas para aplicação, como os modelos gravitacionais da Ciência Regional de Walter Isard, foram desenvolvidos. O resultado foi uma gama de métodos, teorias e abordagens do regional (ANTONESCU, 2014; PIKE, RODRIGUES-POSE e TOMANEY, 2017).

Salienta-se que foram sobretudo as matrizes, e seus desdobramentos, keynesianas e schumpeterianas que influenciaram o debate latino-americano, principalmente pela ênfase dada ao papel do Estado e os limites de funcionamento das forças do mercado em gerar a difusão – espacial, setorial, social – dos frutos do progresso técnico, isto é, do desenvolvimento do capitalismo. Outra fonte importante ao pensamento da economia política latino-americana – e que também influenciou a perspectiva regional – foi a perspectiva marxista, em especial as teorias do imperialismo e do desenvolvimento desigual e combinado, sobretudo por ressaltar a existência de diversos caminhos e sentidos do desenvolvimento, seja de países ou regiões (DEMIER, 2007; GUIMARÃES JR. e LOPES, 2016; PECK, 2019).

Por fim, as formas de atuação, ou seja, de planejamento e aplicação das teorias sumarizadas acima preconizam ações, por um lado, mais neoclássicas, de estímulo à mobilidade da força de trabalho, aumento liberalização do comércio e da transferência de tecnologia, cujo sentido último é aumentar exatamente a mobilidade dos fatores de produção e da tecnologia, conseqüentemente, a produtividade. O objetivo desta perspectiva, portanto, é reduzir, no longo prazo, as desigualdades regionais, principalmente entendida do ponto de vista do PIB per capita (ANTONESCU, 2014; PIKE, RODRIGUES-POSE e TOMANEY, 2017).

Por outro lado, outro conjunto, geralmente mais intervencionista, foi a utilização “mais livre” da ideia de polos de crescimento como motor do crescimento de regiões, cidades, áreas, etc., através de empresas públicas, incentivos fiscais e creditícios, bem como privilegiando produtos de exportação. Conjuntamente foram utilizadas metodologias de regionalização para seleção de áreas privilegiadas de intervenção, remetendo às teorias de Jacques Boudeville, que concretizou o espaço abstrato perrouxiano. Entretanto, os elementos como construção de capacidades endógenas, em especial de geração e produção de tecnologia e ciência, bem como a difusão social do progresso tecnológico ficaram

em segundo plano, tendo como resultado global, desde da crise e mudanças estruturais dos anos 1980, uma série de novos entraves estruturais no desenvolvimento regional e produtivo, bem como o esgotamento das regionalizações e dos polos de crescimento implementados anteriormente (SANTOS, 2003; LIMA e SIMÕES, 2010).

ALEJANDRO ROFMAN: A FORMA E A COALIZAÇÃO ESTATAL DAS POLÍTICAS REGIONAIS E AS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS

Alejandro Rofman é um economista argentino, mestre em Economia pela Universidade da Pensilvânia e Doutor em Economia pela Universidade Nacional de Córdoba. As suas principais temáticas de pesquisa são sobre economia regional, estruturas socioeconômicas e, mais recentemente, economia social e solidária. Aqui abordaremos, em especial, o livro *Desigualdades regionales y políticas de desarrollo regional em América Latina* de 1982.

O foco deste trabalho é um estudo do processo de administração do desenvolvimento regional na América Latina, buscando especificar *quais as características históricas e atuais [1980] do desenvolvimento regional latino-americano*. Para tanto, o trabalho ressalta a existência de quatro momentos de diferentes **configurações espaciais** – durante distintos momentos históricos, a saber: a) Conquista, b) Integração à Divisão Internacional do Trabalho, c) Política de Substituição de Importações e d) Transnacionalização dependente -, *cujo em traço estrutural em todas elas é a persistência e reprodução da tendência de valorização espacial de segmentos restritos do território nacional*. Em termos mais concretos isto se expressa: 1) na diferença entre áreas centrais e periféricas, isto é, a diferenças entre densidades populacionais e de atividades produtivas; 2) na desigualdade social e de qualidade de vida; 3) nas desigualdades sociais nas regiões urbanas metropolitanas como consequência da urbanização contemporânea (ROFMAN, 1982)

Assim, a partir da análise histórica da configuração espacial – e seu caráter heterogêneo e desigual – são discutidas as diferentes políticas de desenvolvimento regionais, destacando que estas apenas podem ser entendidas dentro do contexto mais amplo das concepções e estratégias de desenvolvimento nacional. As políticas de desenvolvimento regional – colocadas em prática pelos diferentes países latino-americanos, especialmente na segunda metade do século XX – podem ser tipificadas e divididas em cinco: 1) Desenvolvimentismo de base constitucional; 2) Desenvolvimentismo de base autoritárias; 3) Populismo; 4) Reformismo; 5) Conservadorismo autoritário. Todos estes estilos de desenvolvimento nacional tiveram uma contraparte regional, embora, como constata o autor, persistisse um demarcado contraste entre **a realidade tal qual foi evoluindo versus a efetividade das políticas que os planos regionais tentaram solucionar**, ou seja, existindo a discrepância entre as Metas/Objetivos versus Conquistas/Resultados, fruto mesmo dos efeitos inerciais das estruturas subdesenvolvidas latino-americanas (ROFMAN, 1982).

A razão deste descompasso é que o foco dos planos – independente do estilo de desenvolvimento – basearam mais nas modalidades operativas da organização e na administração das instituições estatais encarregadas da preparação, implementação avaliação e revisão dos planos. No mesmo sentido,

quando do fracasso dos objetivos propostos nos planos, as críticas se restringiam apenas às formas assumidas pelas organizações político-administrativa. Alternativamente, Rofman salienta que é preciso compreender os problemas regionais em suas múltiplas dimensões para, apenas depois, questionar o aspecto da organização e instituições no processo de desenvolvimento. Assim, a não compreensão do problema regional como uma totalidade levou a persistência das desigualdades regionais, especialmente, a concentração da distribuição das atividades econômicas e do desfrute da riqueza (ROFMAN, 1982)

Por fim, o texto é rico em apresentar três questões emergentes na década de 1980, que ainda permanecem, de uma forma ou de outra, relevantes (ROFMAN, 1982), a saber:

1) A questão da pobreza crítica urbana e rural, isto é, a persistência de largos contingentes populacionais que não conseguem satisfazer suas necessidades básicas. O autor salienta como essas massas têm potencial disruptivo e destaca a importância de desenvolver formas de organização político-administrativas que proponham um planejamento econômico e social específico para solução deste problema;

2) As questões vinculadas ao meio ambiente, especificamente o ambiental vinculado ao entorno das populações, no processo de desenvolvimento. Aqui Alejandro Rofman coloca a crescente importância da deterioração ambiental e de seus impactos na qualidade de vida das populações. Novamente, põe em relevo a necessidade de buscar melhores e novas formas de organização político-institucional para fazer frente a estes problemas;

3) A questão da emergência generalizada de centros urbanos com crescimento explosivo. Estes centros assumem as formas de cidades metropolitanas, cidades com projetos industriais, cidades com grandes empreendimentos baseados em recursos naturais. O autor vai destacar como estes espaços necessitam de tratamento especial que vincule o controle da expansão com a oferta adequada de infraestrutura e equipamento social.

Mais detidamente, o texto é rico em sempre destacar a centralidade da divisão social e espacial do trabalho vinculada a especialização espacial e a entificação destes processos em suas múltiplas escalas. Em outras palavras, o autor destaca como a articulação entres espaços, grupos sociais e atividades avançadas e modernas com os espaços, grupos sociais e atividades atrasadas, marginais e dependentes, num duplo processo de subordinação e condicionamento do crescimento latino-americano (ROFMAN, 1982).

Já especificamente sobre as políticas de desenvolvimento regional, Rofman destaca a importância de compreender as políticas públicas como dependentes do contexto histórico e da ideologia e objetivos dos setores de maior peso econômico e político dentro da sociedade estudada. O autor também salienta a grande heterogeneidade e instabilidade temporal das políticas de desenvolvimento regional. Outro problema discutido é a ausência de propósitos compartilhados com a região objeto dos programas, o que impede a consecução dos objetivos explicitados nas diferentes políticas preconizadas (ROFMAN, 1982).

Assim, colocando a dimensão estrutural, mas também tradando da conjuntura política e econômico-social, é possível construir um quadro das diferentes políticas regionais segundo contextos e estilos nacionais de desenvolvimento, conforme os diferentes países e períodos na América Latina. Uma síntese encontra-se na Figura 1, abaixo.

Figura 1 - Matriz de avaliação das políticas de desenvolvimento regional e a correspondente estratégia de desenvolvimento nacional

Estrategias de desarrollo	Criterios de política regional	
	Equidad	Eficiencia
1. Desarrollismo de base constitucional	Desarrollo de regiones "pobres" con dotación de recursos naturales (Nordeste del Brasil, 1959).	Política a escala nacional de desconcentración espacial (Argentina 1958-62; Chile 1964-69; Venezuela 1974-79). Desarrollo regiones con recursos naturales. México (Últimos 20 años), Venezuela (Ciudad Guayana).
2. Desarrollismo autoritario		Desarrollo de "regiones-conflicto", de muy bajo nivel de crecimiento relativo (Nordeste del Brasil, 1964 en adelante). Desconcentración espacial y desarrollo de polos de crecimiento para equilibrar proceso de distribución de actividades (Brasil 1964-70; Argentina 1966-70).
3. Populismo	Desconcentración espacial de la industria basada en apoyo masivo al pequeño capital del interior del país (Argentina, 1973-76).	
4. Reformismo	Desconcentración espacial y apoyo a sectores marginados de la Sierra (Perú, 1968-75).	
5. Conservadorismo autoritario		Apoyo infraestructural a regiones para que inversores privados exploten recursos naturales bajo condiciones de ventajas comparativas estáticas (Chile, 1973).

Fonte: retirado de Rofman (1982, p.108).

A Figura 1 coloca sempre modelos/estilos de desenvolvimento capitalistas, cujas decisões, portanto, em diferentes graus, dependem de elementos externos às fronteiras da América Latina, não obstante são interiorizadas por agentes econômicos com poder singular que viabilizaram ou se apoiaram nas ações externas. Assim, o Estado aparece como agente que toma, invariavelmente, ações contraditórias. Estas ações, do ponto de vista regional, podem ser classificadas como atendendo **a equidade social** – entendidas por Rofman como políticas orientadas para resolver a injusta distribuição de renda e/ou qualidade de vida; ou políticas de cunho da **eficiência econômica** – entendidas pelo autor como políticas orientadas para diminuir o peso relativo da elevada concentração territorial da população e da atividade econômica que possibilitem o desenvolvimento adequado do processo produtivo. As políticas, para Rofman, não assumem claramente uma ou outra perspectiva. Na verdade, é através da análise – das políticas e dos espaços selecionadas para sua implementação – que seria possível desvelar o seu fundo ideológico e, conseqüentemente, quem estaria se beneficiando das respectivas estratégias de desenvolvimento. A forma de avaliar os resultados, por fim, se daria na comparação entre os objetivos manifestos e os resultados efetivamente alcançados.

Assim, da análise de Alejandro Rofman é possível perceber tanto a multiplicidade de interesses dentro do Estado; a estatalidade tomada pela política de desenvolvimento regional; a região foco da política; os grupos, classes e frações de classes sociais beneficiados pela política de desenvolvimento regional; e, por fim, como ela se articula para cima, com o nacional e internacional, bem como para baixo pelas alterações nas relações locais/regionais que as políticas implicam do ponto de vista da equidade e da eficiência (ROFMAN, 1982).

CARLOS DE MATTOS: ESTRUTURAS ESPACIAIS E SUA PRODUÇÃO SOCIAL

Carlos de Mattos é uruguaio, formado em arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Montevideo. Fez pós-graduação em desenvolvimento econômico e planejamento no ILPES, órgão vinculado à ONU, no Chile. Mudou-se para este país em definitivo em 1968. Trabalhou no ILPES entre 1968 e 1989. Desde esta data, então, trabalha no Instituto de Estudos Urbanos e Territoriais da Universidade Católica do Chile. Seus estudos, no período em análise deste ensaio, focaram na problemática do planejamento regional e na mobilidade de recursos, bem como na avaliação das estratégias de desenvolvimento polarizado e nas consequências de concentração espacial, em especial dos efeitos das dinâmicas concentradoras e centralizadoras na formação de estruturas territoriais na América Latina.

A partir de dois trabalhos – *Algunas consideraciones sobre la movilidad espacial de recursos en los países latino-americanos* (DE MATTOS, 1972) e *Crecimiento y concentración espacial en América Latina: algunas consecuencias* (DE MATTOS, 1979), ambos publicados na EURE, revista fundamental na difusão das abordagens espaciais, regionais e urbanas do pensamento latino-americano – podemos discutir algumas contribuições de Carlos de Mattos ao pensamento crítico espacial desenvolvido na América Latina.

No primeiro (DE MATTOS, 1972), o autor apresenta uma síntese sua das contribuições do pensamento econômico heterodoxo – Hirschman, Perroux e Myrdal – para o contexto subdesenvolvido. Assim desenvolve o:

o estudo das interdependências inter-regionais sobre os fluxos financeiros e humanos, no contexto de um esquema simplificado de funcionamento ao nível espacial de **uma economia de mercado**, analisando sua incidência sobre a **conformação de estruturas espaciais nacionais** (DE MATTOS, 1972, p. 31, tradução e destaques nosso);

O destaque é como a desigualdade é tanto *um processo* quanto *uma relação*, que é simultaneamente econômica e política, sendo que a mesma se reproduz tanto no tempo quanto no espaço. Este processo é tanto ao nível internacional quanto ao nível subnacional. Em outras palavras, a relação de dominação-dependência existe também dentro dos países, isto é, entre as suas regiões (DE MATTOS, 1972).

Este processo engendra e é engendrado pelas desigualdades regionais, que possuem tanto aspectos positivos quanto negativos. Os positivos são, por exemplo, as economias de escala e a concentração dos ativos disponíveis em

locais mais avançados ou cêntricos. Já os negativos é sobretudo a disparidade de renda e riqueza, a perpetuação das condições de atraso nos locais mais periféricos ou atrasados (DE MATTOS, 1972).

Assim, a escolha de intervenção estatal deve mobilizar recursos e, grosso modo, segundo o autor, sua forma de intervenção privilegiária: a) obter a máxima taxa de crescimento, aproveitando as tendências de concentração, isto é, os efeitos positivos das disparidades e concentração espacial das atividades econômicas; ou b) avançar na melhora das condições de vida das populações periféricas. Ou seja, a questão, em outros termos, estaria restrita às ações que atenuam as disparidades regionais, mas que por sua vez reduzem a taxa de crescimento no curto e médio prazo (DE MATTOS, 1972).

Já a dimensão mais política da ação do Estado seria conseguir propor uma imagem-objetivo no plano de desenvolvimento regional. Esta deve ser concebida e desenhada de forma total e em diálogo com a região objeto e foco de intervenção. Portanto, usando o exemplo dos polos de crescimento, o autor salienta que eles devem envolver simultaneamente a transferência de recursos financeiros para formação de capital e a transferência de recursos humanos (DE MATTOS, 1972).

Não obstante, o autor pondera, pelo lado da dimensão política, como, muitas vezes, as políticas de desconcentração nos países latino-americanos estavam em descontração com as regiões centrais/dominantes destes países. Disso derivaria o próprio desenho isolado e parcial dos instrumentos e planos regionais desenvolvidos (DE MATTOS, 1972).

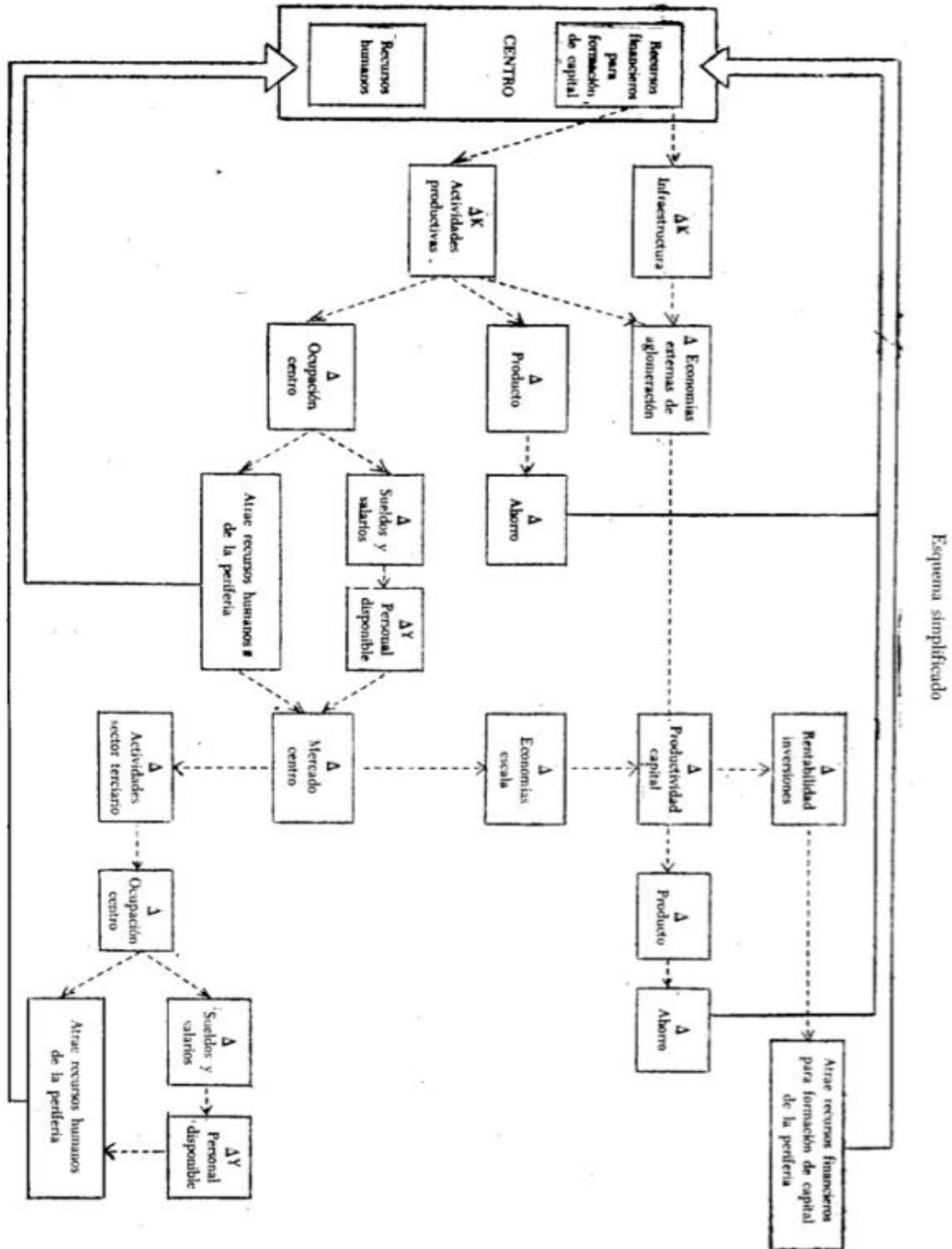
Um esquema simplificado – lembrando muito as exposições de Hirschman e Myrdal – da forma que os recursos humanos, capitais, poupanças são, pelos próprios mecanismos de mercado, transferidos de áreas periféricas (atrasadas) para áreas centrais (avançadas), feito pelo autor segue abaixo (Figura 2). Nele também estão esboçados o avanço produtivo e setorial das atividades frutos da mesma concentração econômica.

O outro texto de Carlos de Mattos (1979), por sua vez, já está em maior diálogo com as contribuições de Aníbal Pinto (1978) acerca dos estilos/modelos de desenvolvimento e acumulação. Mais especificamente, no texto de 1979, Mattos parte da discussão da **heterogeneidade estrutural como caráter distintivo da concentração das atividades, recursos, capitais na América Latina**. Disso o autor aponta que a concentração é do progresso técnico e ela é tripla, ou seja, não envolve apenas a dimensão *regional/espacial*, mas também a *econômica* e a *social*. Essa “concentração generalizada” é consequência do estilo de desenvolvimento/acumulação arrolado nas economias periféricas (DE MATTOS, 1979).

Novamente, apenas com a atuação do Estado seria possível sair desta condição, mas, desta vez, envolve um sentido mais amplo de enfrentamento da concentração geográfica **conjuntamente** com o combate das concentrações econômicas – isto é, as grandes corporações estrangeiras – e sociais – ou seja, da rendimentos e riqueza. O autor aponta como este estilo/padrão de desenvolvimento acaba gerando problemas de eficiência que, no longo prazo, minam o dinamismo econômico dos países latino-americanos, não apenas das “regiões problema” (DE MATTOS, 1979).

Em conclusão, de Mattos aponta a necessidade de modificação do estilo de desenvolvimento, ou seja, a construção de um modelo de acumulação que enfrente simultaneamente a tripla concentração do progresso técnico: a concentração social, econômica e regional, sendo central aqui a mobilização e participação política (DE MATTOS, 1979).

Figura 2 - Esquema simplificado de Carlos de Mattos



Fonte: retirado de Mattos (1973, p.33).

JOSÉ LUIS CORAGGIO: A RELAÇÃO ENTRE AS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS E AS ESTRUTURAS SOCIAIS

O economista argentino José Luis Coraggio, contemporaneamente conhecido pelos seus trabalhos acerca da economia popular e solidária, possui uma vasta obra de crítica teórico e metodológica acerca da economia regional e urbana. Estes trabalhos foram desenvolvidos sobretudo nas décadas de 1970 e 1980. Aqui sumariza-se um dos seus primeiros, e pioneiros, trabalhos acerca desta temática: *Consideraciones teóricometodológicas sobre las formas sociales de organización del espacio y sus tendencias en América Latina* (1974).

Se anteriormente havia feito trabalhos como a crítica ideológica da prática e ideia dos *polos de crescimento* de Perroux (CORAGGIO, 1972), no trabalho de 1974, o autor avança na construção teórica e metodológica de uma alternativa para pensar a conformação espacial em países subdesenvolvidos e dependentes. O primeiro elemento discutido é pensar a questão urbana – discutia por Manuel Castells (1973) – para além da reprodução da força de trabalho, ou seja, incorporar o nível do processo de acumulação de capital nacional e internacional (CORAGGIO, 1974).

O segundo elemento trazido é a importância de relacionar a estrutura social com a organização social do espaço, ou seja, pensar a especificidade da configuração espacial e da estrutura social em países do capitalismo dependente. Somente desta forma seria possível reconhecer que a configuração espacial de dada sociedade é manifestação do processo social da mesma. O interessante é que, antes de cair num determinismo, ou relação unidirecional entre processo social gerando a configuração espacial, o autor aponta que as **configurações espaciais também condicionam efeitos específicos nas estruturas sociais**. Esta afirmação traz elementos que antecipam uma dialética socioespacial (SOJA, 1989), ou seja, como o espaço e suas configurações atuam e modificam processos sociais (CORAGGIO, 1974).

Depois o autor aponta como o planejamento – com seus diagnósticos e propostas – geralmente esteve restrito às preocupações com a configuração espacial, pouco interagindo com a estruturas sociais. Em outros termos, não discute quais processos sociais devem ser desencadeados para, efetivamente, acontecer alterações espaciais (CORAGGIO, 1974).

Mais especificamente, aponta que a teoria dominante – a da localização – como normativa, atomista e que simplifica os agentes imputando-os uma natureza homogênea. Alternativamente, propõe a separação da teoria espacial em duas: 1) *teoria das decisões locacionais*, que estaria restrita ao aparato produtivo e lidaria com efeitos mais permanentes; 2) *teoria das decisões de acoplamento*, que discutiria as relações econômicas entres os agentes, bem como os efeitos mais contingentes das relações travadas entre agentes produtivos. No mesmo sentido, o primeiro subconjunto – teoria das decisões locacionais – deveria ser dividido em um ramo que estudasse as *tendências locacionais conforme a variedade de ramos produtivos* e outro do estudo *segundo o tamanho e/ou origem do capital* (CORAGGIO, 1974).

Somente da união destas abordagens seria possível discutir como as configurações espaciais: a) são expressão das relações sociais; b) constituem fatores condicionantes de relações entre agentes específicos em formações

econômico-sociais; c) refletem os diferentes comportamentos dos agentes sociais; d) indicam a estrutura social e seus variados padrões de configuração social; e) diferenciam as relações entre as diversas formas de capital com a força de trabalho; f) impactam na variedade de capacidades de mobilidade dos diferentes capitais (por ramos, porte, tamanho, inter-relações); g) envolvem a centralidade das relações sociais de produção e sua vinculação com o desenvolvimento das forças produtivas como elementos constitutivos do desenvolvimento desigual do espaço (CORAGGIO, 1974).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio foi um esforço de sumarizar as contribuições da economia regional clássica e contrapor seus conceitos e perspectivas as visões dos “economistas regionais” do pensamento crítico espacial latino-americano. O que se pode constatar, em primeiro lugar, é o pioneirismo de algumas abordagens, especialmente a não monotrajatória de desenvolvimento, como as políticas concretas de desenvolvimento regional variam entre os ambientes e contextos, sejam eles estruturais, sejam conjunturais.

Outro elemento importante é a gama ampla de categorias utilizadas pelos autores latino-americanos, em especial para refletir como o desenvolvimento regional é eminentemente político. O aspecto político de articulação, em especial com a região foco da política, bem como a necessidade, de uma forma ou de outra, de articulação política.

Também é relevante a discussão política sobre a ação do Estado e sua compreensão como condensação de forças, variável, multiescalar e com multiníveis de governo. Outra contribuição relevante é peso – e dialética - que é dado ao espaço na determinação das relações sociais, ou seja, como configurações espaciais podem implicar processos sociais. Os autores também apresentam uma crítica ao planejamento, em especial a necessidade de incorporar os processos e estruturas sociais, somente desta forma seria possível um planejamento que supere os problemas regionais e de fato transformem as estruturas e configurações espaciais.

Por fim, a dimensão de totalidade, ou seja, a dimensão espacial como síntese de múltiplas determinações, é central para pensar o espaço e o desenvolvimento regional. Em outros termos, é importante compreender toda complexidade e historicidade da problemática espacial, em especial com as singularidades latino-americanas, aqui pensadas como a ausência de autonomia, a heterogeneidade estrutural, o subdesenvolvimento e a dependência. Assim, resgatar o pensamento crítico espacial latino-americano e utilizá-lo conjuntamente em diálogo com as formas contemporâneas do desenvolvimento do capitalismo no século XXI apontam para potenciais análises e práticas de entendimento enriquecido da realidade social, econômica e espacial da América Latina.

REFERÊNCIAS

- ANTONESCU, Daniela. Theoretical approaches of regional development. 2014.
- BRANDAO, Carlos. Capitalismo (s) y Región (es) en el singular y en el plural: desafíos para renovar el pensamiento crítico y original latinoamericano e intervenir vía planificación regional. **Memoria del primer Encuentro de Expertos Gubernamentales en Políticas de Desarrollo Territorial en América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 2015. LC/L. 3950. p. 15-20, 2015.
- BRANDÃO, Carlos. Anotações para uma geoeconomia política transescalar do subdesenvolvimento histórico-geográfico desigual na periferia do capitalismo: lições para América Latina. **Escala espacial, reescalamentos e estatalidades: lições e desafios para América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, p. 326-360, 2018.
- BRANDÃO, Carlos. El campo de los estudios urbanos y regionales desde el Sur: anotaciones acerca de los desafíos teóricos y las posibilidades de una reconstrucción teórico-metodológica crítica en la periferia del capitalismo. **EURE Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales** v. 144, p. 1-22, 2021.
- CASTELLS, Manuel et al. **La cuestión urbana**. 1973.
- CORAGGIO, Jose Luis. Hacia una Revisión de la Teoría de los Polos de Desarrollo. **EURE. Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales**, v. 2, n. 4, p. 25, 1972.
- CORAGGIO, Jose Luis. Consideraciones teóricometodológicas sobre las formas sociales de organización del espacio y sus tendencias en América Latina, **Revista Interamericana de Planificación**, Vol. VII, Nº 1, México, 1974.
- DEMIER, Felipe. A lei do Desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira. **Outubro**, v. 16, p. 75-107, 2007.
- GUIMARÃES JR, Mário Costa; LOPES, Tiago Camarinha. O Desenvolvimento Desigual e Combinado: paralelos entre as obras “História da Revolução Russa” de Trotsky e “Dialética da Dependência” de Ruy Mauro Marini. **REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 6, n. 2, 2016.
- LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 12, n. 21, 2010.
- MATTOS, Carlos A de. Algunas consideraciones sobre la movilidad espacial de recursos en los países latinoamericanos. **Revista EURE-Revista de Estudios Urbano Regionales**, v. 2, n. 6, 1972.
- MATTOS, Carlos A de. Crecimiento y concentración espacial en América Latina: algunas consecuencias. **Revista EURE-Revista de Estudios Urbano Regionales**, v. 6, n. 16, 1979.
- MONASTERIO, Leonardo; CAVALCANTE, Luiz Ricardo. Fundamentos do pensamento econômico regional. **Economia Regional e Urbana. Teorias e métodos com ênfase no Brasil**, p. 43-77, 2011.
- PECK, Jamie. Combination. **Keywords in Radical Geography: Antipode at 50**, p. 50-55, 2019.
- PIKE, Andy; RODRÍGUEZ-POSE, Andrés; TOMANEY, John. **Local and regional development**. Routledge, 2016.
- PINTO, Aníbal. Estilos de desarrollo: conceptos, opciones, viabilidad. **El Trimestre Económico**, v. 45, n. 179 (3, p. 557-610, 1978.

RODRÍGUEZ, Octavio. Estruturalismo Latino-Americano, CEPAL. **Civilização Brasileira**, 2009.

ROFMAN, Alejandro B. Desigualdades regionales y políticas de desarrollo regional en América Latina. **Cuadernos del CEUR**, 173p., 1982.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. Edusp, 2003.

SOJA, Edward W. **Postmodern geographies: The reassertion of space in critical social theory**. Verso, 1989.